



PROCESSO Nº. 2775/2022

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 46/2022

PROCEDÊNCIA: Prefeito do Município de Linhares Bruno Margotto Marianelli

REDAÇÃO FINAL

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Prefeito do Município de Linhares Bruno Margotto Marianelli que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Recuperação de Nascentes e Olhos D'água no município de Linhares, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

O presente projeto foi aprovado em Plenário SEM EMENDAS, de forma que, considerando que não foi realizada alteração da redação original, deverá ser encaminhado à Secretaria Legislativa para competente autógrafo, com as adequações de técnica legislativa e redacional constantes no anexo.

Linhares/ES, 15 de junho de 2022.

Edyeles Guinhasi de Deus de Almeida
Assessora de Técnica Legislativa e Redacional





REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DE Nº. 46/2022

Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Recuperação de Nascentes e Olhos D'água no município de Linhares, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que o Legislativo Municipal aprovou em Sessão Ordinária, Projeto de Lei Ordinária de autoria do Prefeito do Município de Linhares Bruno Margotto Marianelli, a saber:

Art. 1º Fica instituído no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo, o Programa Municipal de Recuperação de Nascentes e Olhos D'água, tendo como objetivo incentivar a recuperação das áreas de preservação permanentes do entorno das nascentes e dos olhos d'água, por meio do aprimoramento da gestão ambiental pública.

Parágrafo único. Para efeitos de aplicação desta Lei, serão destinadas para a recuperação ambiental as faixas do entorno das nascentes e dos olhos d'água, qualquer que seja sua situação topográfica no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros, ressalvados os casos excepcionais permitidos pela Lei Municipal nº. 3.908, de 27 de dezembro de 2019, e Lei Federal nº. 12.651, de 25 de maio de 2012.

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal de Recuperação de Nascentes e olhos D'água:

- I – criar um banco de dados georreferenciados das áreas de interesse ambiental do município;
- II – recuperar as nascentes das bacias que tenham conflitos no uso da água;
- III – integrar as ações dos Programas municipais voltados à conservação dos recursos hídricos;
- IV – fomentar a ampliação do Cadastro Ambiental Rural das propriedades rurais de Linhares;
- V – incentivar os produtores rurais a recuperarem suas nascentes e olhos d'água;
- VI – aumentar a percepção ambiental dos munícipes sobre a importância da preservação dos recursos hídricos;
- VII – apoiar instituições que desenvolvem projetos de recuperação de nascentes e olhos d'água.





Art. 3º A formulação e execução do Programa, em especial a identificação, catalogação e classificação das nascentes de água, olhos d'água e a elaboração de projetos de recuperação serão feitas por iniciativa da SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Aquicultura, Pecuária e Abastecimento:

I – é competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais:

- a) coordenar as ações contempladas nesta Lei;
- b) fiscalizar as atividades nas áreas que serão objeto de recuperação;
- c) realizar articulações com Instituições Públicas e Privadas;
- d) elaborar Edital de Chamamento Público para apoiar projetos de recuperação de nascentes;
- e) montar banco de dados georreferenciados das nascentes identificadas nas zonas rurais e urbanas;
- f) fomentar as conversões de multas em serviços ambientais;
- g) apoiar na criação de viveiro de mudas para atender o Programa;
- h) divulgar o Programa, tornando amplamente conhecido.

II – é competência da Secretaria Municipal de Agricultura, Aquicultura, Pecuária e Abastecimento:

- a) apoiar tecnicamente no mapeamento, bem como na elaboração dos Planos de Recuperação das nascentes;
- b) delimitar as bacias com maior necessidade de atuação na intervenção nas áreas rurais;
- c) identificar nascentes que estejam aptas a receberem um projeto de recuperação;
- d) indicar as áreas para serem recuperadas nas zonas rurais;
- e) ajudar na fiscalização das áreas que serão objeto de recuperação.

Art. 4º Os planos objetos desta Lei serão coordenados exclusivamente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais, que atuará em regime de cooperação técnica com os órgãos ou entidades competentes.

Art. 5º Constitui receita do Programa Municipal de Recuperação de Nascentes e Olhos D'água:





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Ellas"

I – dotações alocadas anualmente no Orçamento do Governo Municipal;

II – recurso provenientes de convênios e transferências de qualquer natureza resultantes de acordos com o Governo Federal e/ou Governo Estadual;

III – doações, legados e transferências provenientes de entidades governamentais ou privadas, destinadas a ações promovidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Linhares/ES;

IV – recursos captados no exterior provenientes de empréstimos, convênios, acordos, doações e contribuições de instituições de caráter privado ou oficial;

V – Recursos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

Art. 6º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 3.566, de 16 de fevereiro de 2016.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 37003000390038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **EDYELES GUINHASI DE DEUS DE ALMEIDA** em 15/06/2022 12:13

Checksum: **1F3DAA0F003D9280C1F03E106D9B5D4CFE9ED3C374BE076FD57C31772F7E782A**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 37003000390038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

